



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IPAJM



ATA Nº 050/2020

ASSUNTO: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

DATA: 26 DE OUTUBRO DE 2020

LOCAL: SEDE ADMINISTRATIVA DO IPAJM

1 Às quatorzes horas e trinta minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte, foi realizada
2 a quinquésima reunião do Conselho Administrativo, no auditório da sede do IPAJM, sob a
3 Presidência do Sr. **JOSÉ ELIAS DO NASCIMENTO MARÇAL**, Presidente Executivo do Instituto, e
4 dos membros deste Conselho, **FABIANO BUROCK FREICHO, SILVIO FALCÃO SPERANDIO,**
5 **JOANA D'ARC CALMON T. G., IVAN MAYER CARON, ALDECI STOCO DE SOUZA,**
6 **HUMBERTO MILEIP DUARTE MACHADO, CLAUDIO JOSE NOGUEIRA e JEAN RAMALHO**
7 **ANDRADE.** Registradas também as presenças do Diretor de Investimento, Gilberto de Souza Tulli,
8 e da Diretora Administrativa Financeira, Sônia Maria Casotti. Iniciando o EXPEDIENTE, o
9 **Presidente** adentrou ao segundo ponto de pauta – aprovação da ata da 49ª reunião ordinária do
10 dia 24/09/2020, tendo sido a mesma disponibilizada com antecedência, via e-mail, sendo aprovada
11 por unanimidade pelos conselheiros. Na sequência, o **Presidente** deu as boas-vindas aos novos
12 membros indicados, representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do MPES e da
13 DPES, e ao membro eleito, representante titular dos segurados civis ativos, Humberto Mileip, tendo
14 em vista as alterações da Lei Complementar Estadual nº 282/2004, advindas da Lei Complementar
15 Estadual nº 938/2020, no que tange à composição dos Conselhos do IPAJM. Complementando as
16 boas vindas, os novos membros assinaram os termos de posse e fizeram suas apresentações,
17 agradecendo as indicações de seus respectivos Poderes/MPES/DPES, e se colocando à disposição
18 para compartilhar conhecimentos e auxiliar na gestão do IPAJM em todos os seus aspectos. O
19 **Presidente** acrescentou que o próprio Governador José Renato Casagrande vislumbrou a
20 importância da participação do MPES e da DPES junto ao IPAJM, o que se consolidou com a
21 aprovação da Lei Complementar Estadual nº 938/2020. O **Presidente** também informou aos
22 membros que todas as legislações, portarias e demais normativos relativos à matéria previdenciária
23 se encontram no site do IPAJM, assim como o histórico do Instituto, desde 1910, quando era a
24 Caixa Beneficente “Jeronymo Monteiro”. E dissertou sobre a estrutura atual do IPAJM, que conta
25 com 150 servidores, dentre os quais 104 são efetivos e 33 comissionados, entretanto desses 33
26 comissionados, 14 são efetivos, como o Diretor de Investimento, Gilberto de Souza Tulli, servidor
27 efetivo da SEGER cedido ao IPAJM, a Diretora Técnica, Mariana do Nascimento Gonçalves de
28 Freitas, e a Diretora de Proteção Social, Márcia Regina Fiorotti, que fazem parte do quadro efetivo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IPAJM



do Instituto. O **Presidente** ressaltou que esteve à frente do IPAJM de 2011 a 2014, período no qual houve a implementação da Previdência Complementar no âmbito estadual, em 2013, e a elaboração de cartilha informativa sobre a matéria previdenciária, que será atualizada para o ano de 2021, tendo em vista a Reforma da Previdência. O **Presidente** informou também sobre o Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV, junto ao qual o Presidente é o representante titular e a Diretora Técnica Mariana do Nascimento Gonçalves de Freitas é a representante suplente, e sobre suas reuniões ordinárias, que acontecem em torno de 4 (quatro) vezes ao ano, e nas quais são debatidos temas correlatos à gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social. O **Presidente** abriu espaço para os demais conselheiros se apresentarem e fazerem suas saudações aos novos membros. Assim, os **conselheiros Aldeci Stoco, Cláudio Nogueira e Jean Ramalho** se apresentaram, dando as boas vindas aos novos membros e se colocando à disposição de todos. O **Presidente** aproveitou para destacar a satisfação de ter como membro a conselheira Joana D'arc na representatividade das mulheres, e que a maioria do suporte e apoio na gestão do Instituto é realizado por mulheres, sendo cerca de 68% (sessenta e oito por cento) dos cargos ocupados por mulheres. A **conselheira Joana D'arc** respondeu agradecendo a honra de fazer parte do Conselho, em homenagem à história de força de sua mãe. O **Presidente** deu continuidade às informações sobre o Instituto, em especial sobre a construção da sede própria do IPAJM na Av. Vitória, e passou a palavra para a Diretora Administrativa Financeira, Sônia Maria Casotti, que está a frente do projeto. A **Diretora Administrativa Financeira** se apresentou, deu as boas vindas aos membros, e socializou sobre o andamento do processo da construção, em conjunto com o IOPES e DER, e cuja licitação do projeto arquitetônico já teve o vencedor publicado no DIO-ES, e que, finalizando os procedimentos dessa primeira etapa, seja iniciada a segunda etapa – licitação para a construção. O **Presidente** reforçou que foi realizado um estudo sobre a economicidade em relação à reforma ou construção, cuja conclusão foi a equivalência de valores, sendo mais viável a construção, com foco na acessibilidade e adequação do prédio, priorizando o público-alvo do Instituto – servidores aposentados ou em vias de se aposentar. Na sequência dos itens de pauta, o **Presidente** agradeceu à Secretária dos Conselho sobre a disponibilização da apresentação sobre o funcionamento e procedimentos concernentes ao Conselho, e passou a palavra ao Diretor de Investimento Gilberto de Souza Tulli para discorrer sobre a Política de Investimentos. O **Diretor de Investimentos** fez uma breve contextualização sobre os fluxos de caixas e os Fundos Previdenciário e Financeiro, destacando que anualmente é realizada uma avaliação atuarial (estudo estatístico), que leva em consideração variáveis econômicas, estatísticas e de base cadastral dos segurados, para estimar da forma mais precisa possível as hipóteses de déficit ou superávit, sobre as quais é elaborada a meta atuarial (de rentabilidade) pelo Comitê de Investimento, definida com bases técnicas, para direcionar os investimentos. Atualmente, há a



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IPAJM



64 acumulação de aproximadamente R\$ 5 (cinco) bilhões de reais, que estão comprometidos com os
65 benefícios previdenciários, mas que estão rendendo anualmente. E na dinâmica de investimento,
66 todo final de ano é elaborada uma Política de Investimentos para execução no ano subsequente, a
67 qual será apresentada na reunião ordinária de novembro e aprovada na reunião ordinária de
68 dezembro. O **Diretor de Investimentos** esclareceu que todos os integrantes do Comitê de
69 Investimentos são efetivos e certificados pela Anbima, e que a Secretaria de Previdência possui
70 normativos rígidos para os investimentos dos Regimes de Previdência Próprio, não sendo possível,
71 por exemplo, o investimento direto em ações, somente por meio de fundos, e para os quais há
72 vários requisitos, como por exemplo o investimento em renda fixa que é permitido por meio de
73 fundos, já em títulos públicos federais pode ser feito de forma direta. O **Diretor de Investimentos**
74 ressaltou que as normas de regulamentação da forma de investimentos vêm sendo reavaliadas para
75 permitir bons produtos, mas com a garantia da segurança dos recursos, e que a política de
76 investimentos é elaborada com base na política do ano anterior, em um processo evolutivo, se
77 adequando às novas normas. Além disso, o **Diretor de Investimentos** elucidou também que o
78 Tribunal do Contas Estadual do ES - TCEES, em meados de 2020, em virtude de pareceres-
79 consultas solicitados pelos Institutos de Previdência da Serra e de Viana, revisou seu entendimento
80 a respeito da forma de investimento dos recursos previdenciários, destacando que anteriormente
81 só era possível o investimento em fundos administrados por bancos públicos (Caixa Econômica
82 Federal, Banco do Brasil, Banestes), o que garantia certa segurança, mas limitava o acesso ao
83 mercado, e que com a alteração da norma federal, instituiu-se a possibilidade de investimentos em
84 instituições públicas e privadas pelos Regimes Próprios de Previdência. A partir desse novo
85 entendimento, o **Diretor de Investimentos** afirmou que será necessária uma preparação e
86 estruturação para adentrar nesse novo cenário, a começar pela reavaliação da Resolução nº
87 001/2010 do IPAJM, que estabeleceu a necessidade de credenciamento dos fundos antes da
88 materialização dos investimentos de qualquer recurso, o que à época foi revolucionário, sendo o
89 IPAJM um dos precursores no prévio credenciamento de instituições, tendo credenciado desde
90 2010 o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banestes, ficando o investimento limitado a
91 esses bancos públicos. Assim, o **Diretor de Investimentos** informou que, futuramente, será
92 proposta a revisão dessa resolução para um novo processo de credenciamento, após analisadas e
93 estudadas de forma técnica todas as perspectivas. O **Presidente** agradeceu a apresentação do
94 Diretor de Investimentos e abriu espaço para questionamentos e dúvidas dos conselheiros. O
95 **conselheiro Jean Ramalho** questionou sobre a possibilidade do Instituto fazer empréstimos aos
96 segurados na modalidade de consignados, sendo respondido pelo **Presidente** que a Reforma
97 trouxe esse permissivo, porém ainda não há um consenso sobre o tema. O **Diretor de Investimento**
98 complementou informando que a Reforma da Previdência trouxe um artigo permitindo esse



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IPAJM



empréstimo, mas que carece de regulamentação pela Secretaria de Previdência e de apreciação pelo Conselho Monetário Nacional. O **conselheiro Cláudio Nogueira** questionou se atualmente o Instituto só investe em bancos públicos, sendo respondido pelo **Presidente** que sim, porém há um novo entendimento por parte do TCEES no que tange a investimentos em bancos privados, e que o debate em torno dessa questão será colocada para apreciação do Conselho, mas que ele tem suas ressalvas e tende a ser mais conservador. O **conselheiro Cláudio Nogueira** afirmou que é necessário ter como foco a segurança dos recursos previdenciários, porém é necessário também acompanhar a evolução, visando uma rentabilidade maior, devendo a matéria ser reavaliada e corroborando com a possibilidade de investimentos em bancos privados, legitimada pelo próprio TCEES, porém fundamentado em uma análise criteriosa e técnica por parte da Diretoria e do Comitê de Investimentos do Instituto. O **conselheiro Ivan Mayer Caron** expressou sua opinião, questionando até que ponto se dá essa segurança, uma vez que a mesma pode ser falaciosa, ponderando que os títulos públicos, como por exemplo o Tesouro Direto, que é tido como o mais conservador de todos, possuem rentabilidade negativa em juros Selic. E concluiu que hoje, diante dos advenços do último ano, todos os fundos ainda estão negativos, e que até mesmo a iniciativa privada não foi capaz de produzir instrumentos financeiros adequados para o enfrentamento dessa situação. O **conselheiro Ivan Mayer Caron** reforçou que na medida que conseguimos créditos para as pessoas físicas, nós produzimos e transferimos os riscos para o próprio estado, haja vista que nós recebemos pelo estado, e que a internacionalização dos investimentos pode ser saudável, porém é necessário um debate/estudo sobre o tema, e ressaltou que a sua visão tende para o fato de que os recursos em questão são para a previdência e que a segurança é a palavra chave, porém a busca pela segurança, considerando a situação anormal que estamos vivendo, pode não ser alcançada plenamente, e que o que é seguro hoje, pode não ser mais seguro daqui há 5 (cinco), 10 (dez) anos, pontuando que a visão voltada para a rentabilidade agora pode não ser indicada, haja vista que o nosso mercado ainda não é preparado para assegurar certa previsibilidade. O **conselheiro Fabiano Burock** lembrou que o Fundo Previdenciário é superavitário, e que no passado o Instituto comprou vidas do Fundo Financeiro, sendo indispensável incluir nesse debate a excelente gestão dos fundos. O **Presidente** ponderou que em 2004, houve a segregação de massa, dividindo os servidores admitidos até 2004 para o Fundo Financeiro, e servidores admitidos após 2004 para o Fundo Previdenciário, e que em 2017, a situação do IPAJM chegou ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) além do equilíbrio necessário para bancar o Fundo Previdenciário, sendo deliberada à época a compra de 1325 (um mil, trezentos e vinte e cinco) vidas, mas que o Instituto foi questionado por auditorias do TCEES se a base de dados é efetivamente sólida para a efetivação dessa compra, o que demanda cautela e precaução por parte do IPAJM, cujas decisões e gestão também cabem ao Conselho Administrativo. E que o Instituto vem investindo em estudos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IPAJM



134 na área, em servidores especializados em estatística, para avaliar a vantajosidade de todas as
135 hipóteses. O **Diretor de Investimento** esclareceu que o novo entendimento do TCEES decorreu
136 da alteração da norma federal, que também trouxe uma mudança da norma geral referente ao
137 processo de credenciamento de bancos, sendo imprescindível a adequação da nossa resolução,
138 independente se favorável ou não, e que um dos requisitos para a segurança do patrimônio a longo
139 prazo é a diversificação dos investimentos, com a alocação dos recursos em produtos diferentes,
140 com categorias e estilos diferentes, e que hoje a gama de produtos disponível é pequena. O
141 **conselheiro Aldeci Stoco** aproveitou o tema segurança e solicitou que as próximas reuniões sejam
142 virtuais, considerando a pandemia pela Covid 19, visando à segurança sanitária. O **conselheiro**
143 **Jean Ramalho** apoiou a solicitação, afirmando que as reuniões online se mostraram muito
144 eficientes e que a definição de necessidade de reuniões presenciais caiba somente ao Presidente,
145 mantendo-se as reuniões online até a vacinação em massa. O **Presidente** submeteu a solicitação
146 à votação dos demais membros, e por maioria dos votos, as reuniões online foram mantidas. A
147 **conselheira Joana D'Arc Calmon** expressou que as reuniões presenciais facilitam a comunicação
148 e o entendimento dos debates e propostas, porém considera apropriada a solicitação. O
149 **conselheiro Cláudio Nogueira** discorreu sobre seu voto contrário à realização de reuniões online,
150 pelo fato de haver maior socialização e melhor produtividade e interação nas reuniões presenciais,
151 e porque todos os protocolos de prevenção foram adotados, como o distanciamento entre os
152 conselheiro, o uso obrigatório de máscara e todos os cuidados necessários para uma eficaz
153 higienização. O **conselheiro Humberto Mileip** corroborou com a solicitação do conselheiro Aldeci
154 Stoco de Souza, destacando que, apesar da diminuição do número de mortes pela Covid 19,
155 estamos vivenciando uma segunda onda com aumento do número de contágios, e que caso seja
156 verificado futuramente que as reuniões online não estão sendo produtivas, seja revisto o formato
157 das reuniões. O **Presidente** esclareceu que só vota em caso de empate, mas não se absteve de
158 expressar sua preocupação em relação à pandemia, evidenciando o direcionamento do Governo
159 para a realização de reuniões virtuais, e que a presente reunião foi realizada excepcionalmente de
160 forma presencial haja vista ser a primeira reunião dos novos membros representantes do MPES e
161 da DPES. O **conselheiro Ivan Mayer Caron** complementou que a Defensoria Pública se organizou
162 de forma a reduzir ao máximo a circulação de pessoas, inclusive no atendimento ao público, para o
163 qual foi criado um mecanismo de atendimento online, para manter o trabalho de forma contínua,
164 com atendimento de todos os municípios, e que mesmo com toda essa cautela, houve casos de
165 servidores que precisaram ser hospitalizados devido à Covid 19. O **conselheiro Cláudio Nogueira**
166 reiterou que, apesar da votação pela maioria para as reuniões online, a realidade dos contágios
167 se dá muito mais na circulação generalizada sem os devidos cuidados. A **conselheira Joana D'Arc**
168 **Calmon** registrou que para o número de reuniões mensais, sendo uma por mês, caberia reuniões



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IPAJM



169 presenciais, mas compreende os argumentos e respeita a votação pela maioria para as reuniões
170 onlines. O **Presidente** enalteceu o fato de que grande parte da circulação dentro do Instituto são
171 de segurados que fazem parte do grupo de risco, e que a maioria vem para realizar perícia médica,
172 sendo essa mais uma razão para evitar a circulação nas dependências do IPAJM. Por fim, o
173 **Presidente** encerrou a reunião convocando os conselheiros para a próxima reunião pré-agendada
174 para dia 19/11/2020, às 10 horas, excepcionalmente por videoconferência diante do cenário da
175 pandemia Covid 19. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata
176 redigida por mim, MARIANA ALMEIDA CYPRIANO, Secretária do Conselho, que lida e aprovada,
177 vai assinada pelo Presidente e demais Conselheiros.

JOSÉ ELIAS DO NASCIMENTO MARÇAL Presidente do Conselho Administrativo Presidente Executivo do IPAJM	
SILVIO FALCÃO SPERANDIO Representante do Poder Judiciário - titular	ALDECI STOCO DE SOUZA Representante dos segurados civis ativos - titular
FABIANO BUROCK FREICHO Representante do Poder Legislativo - titular	HUMBERTO MILEIP DUARTE MACHADO Representante dos segurados civis ativos - titular
JOANA D'ARC CALMON T. G. Representante do MPES - titular	JEAN RAMALHO ANDRADE Representante dos segurados militares ativos - titular
IVAN MAYER CARON Representante do DPES - titular	CLAUDIO JOSÉ NOGUEIRA Representante dos segurados inativos - titular

ASSINATURAS (10)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARIANA ALMEIDA CYPRIANO

SECRETARIA DO CONSELHO

IPAJM - GPE

assinado em 23/11/2020 11:59:39 -03:00

FABIANO BUROCK FREICHO

CONSELHEIRO

IPAJM - CONADM

assinado em 19/11/2020 09:33:34 -03:00

JOANA D ARC CALMON TRISTAO GUZANSKY

CONSELHEIRO

IPAJM - CONADM

assinado em 23/11/2020 11:22:39 -03:00

ALDECI STOCO DE SOUZA

CONSELHEIRO

IPAJM - CONADM

assinado em 19/11/2020 12:00:27 -03:00

CLAUDIO JOSE NOGUEIRA

CONSELHEIRO

IPAJM - CONADM

assinado em 19/11/2020 09:55:05 -03:00

JOSE ELIAS DO NASCIMENTO MARCAL

PRESIDENTE EXECUTIVO

IPAJM - IPAJM

assinado em 23/11/2020 11:36:02 -03:00

SILVIO FALCAO SPERANDIO

CONSELHEIRO

IPAJM - CONADM

assinado em 19/11/2020 14:12:35 -03:00

IVAN MAYER CARON

CONSELHEIRO

IPAJM - CONADM

assinado em 19/11/2020 16:16:48 -03:00

HUMBERTO MILEIP DUARTE MACHADO

CONSELHEIRO

IPAJM - CONADM

assinado em 19/11/2020 10:32:12 -03:00

JEAN RAMALHO ANDRADE

CONSELHEIRO

IPAJM - CONADM

assinado em 19/11/2020 10:12:36 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 23/11/2020 11:59:39 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARIANA ALMEIDA CYPRIANO (SECRETARIA DO CONSELHO - IPAJM - GPE)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2020-1507W5>